

**POLITICA OPERÁRIA**

Precisamos de um Verdadeiro Dia Nacional de Lutas que Defenda Empregos, Salários e Saúde Pública com o Método da Ação Direta

As centrais sindicais decidiram pela convocação de um "Dia Nacional de Luta pela Vida e Empregos" para o dia 7 de agosto. A convocatória destoa das convocações anteriores por não colocar abertamente a bandeira de "Fora Bolsonaro". No entanto, estivemos no ato convocado pelas centrais na Praça da Sé e o que vimos foi mais do mesmo: não convocaram suas bases, não fizeram assembleias para organizar os trabalhadores, fizeram demagogia em torno do "Fora Bolsonaro" e disseram que só é possível sair desta situação retirando o presidente. Uma impostura! As necessidades dos oprimidos não permitem que se exija uma condição para lutar. As direções estão dizendo que se o impeachment não for para frente nada mais poderá ser feito.

Até agora vimos o movimento levantado pelas esquerdas e pelas entidades estudantis e de trabalhadores em defesa do impeachment de Bolsonaro e em defesa da democracia fracassar. Isso porque seu conteúdo é de solução burguesa para a crise de governabilidade. Essa saída depende da burguesia e seu parlamento, não está ligada à luta independente das massas. Para o grande capital não está colocada neste momento a saída de Bolsonaro.

O movimento pelo impeachment não partiu das reivindicações mais sentidas das massas exploradas e não defendeu uma saída própria, um governo próprio. Não mostrou e não denunciou que, apesar das divisões interburguesas diante da aplicação da política de isolamento social, a burguesia e seus politiquinhos estavam unidos para despejar o peso da crise econômica e sanitária sobre os oprimidos. Tanto é que não existia desacordo em relação à MP 936 que ataca empregos e salários, medida diante da qual as centrais sindicais se curvaram. A esquerda parlamentar (PT, PCdoB e PSOL) também se submeteu às divergências suscitadas pela política burguesa de isolamento social.

O quadro que vivemos é o do aprofundamento da barbárie social: a maioria da população está sem emprego; o trabalho informal supera o formal; a



violência policial e sua letalidade, que afeta em especial a juventude, têm aumentado; o número de mortos pela COVID-19 está chegando aos 100 mil. O que vemos é a pobreza, a miséria e a fome dar um salto.

É diante desse quadro que a vanguarda com consciência de classe deve lutar contra as saídas burguesas e eleitoreiras, que são apresentadas pelos reformistas, centristas e estalinistas, que estão à frente das entidades estudantis e de trabalhadores e desviam o caminho da luta independente. É preciso erguer um verdadeiro Dia Nacional de Luta, que defenda empregos, salários e saúde pública. Que se convoquem as assembleias nos locais de trabalho e estudo. Que se formem os comitês de frente única. Que se lance uma verdadeira campanha contra as demissões, pelas readmissões e pelo emprego aos desempregados. Somente com a luta nas ruas em defesa das reivindicações que de fato defendam nossas vidas é que daremos um passo adiante no combate às crises econômica e sanitária que é despejada sobre os explorados.

Aprovado o Fundeb

No dia 21 de julho, foi aprovado um substitutivo da PEC 15/2020, na Câmara dos Deputados, que garante o caráter permanente do Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica) e um aumento das verbas destinadas pela União. É necessária ainda a aprovação pelo Senado, votação que deverá ocorrer este mês. As entidades estudantis e de trabalhadores em Educação comemoram a aprovação na Câmara como uma “vitória histórica”. Mas, precisamos analisar o fenômeno de conjunto para saber que “vitória” foi essa.

A não renovação do Fundeb, que expira em 31/12/20, significaria um grande corte de verbas que levaria a educação ao colapso. Apesar disso, esse corte foi defendido abertamente por parlamentares ligados ao bolsonarismo, do PSL e PSC. Isso porque a resposta da burguesia diante das crises econômica e pandêmica é descarregar todo o seu peso sobre os ombros dos explorados e oprimidos. A educação já vem sofrendo cortes de longa data. A pergunta que pairava no ar era: será mantido o Fundeb quando medidas de corte, como as “reformas” da previdência e trabalhista, a PEC do Teto etc., vêm sendo aprovadas uma após a outra?

O discurso das entidades estudantis e de trabalhadores da Educação foi o de que a luta conquistou a manutenção do Fundeb e seu caráter permanente. Mas qual luta? Não existiu uma luta verdadeira, que tenha levado às ruas as massas estudantis e de trabalhadores em defesa da Educação. As direções dessas entidades buscam esconder seu imobilismo ao tentar nos fazer crer que foram as ações virtuais, medidas judiciais e a intervenção de parlamentares ligados a essas entidades que conquistaram a “vitória”. O que determinou sua

aprovação foram as disputas interburguesas diante do orçamento do Estado. Absolutamente nada garante que o dinheiro deste fundo não será usado, por exemplo, para aprofundar o Ensino à Distância e as escolas militares.

É verdade que o financiamento da educação tem a sua importância. Mas não podemos cantar vitória de forma a esconder a realidade da falência do ensino. Os recursos são escassos, o pouco que tem é desperdiçado, aplicado num formato arcaico e concretizado através de um currículo absolutamente divorciado do mundo real. É preciso somar a esses fatores a situação de vida em geral da maioria, marcada pela miséria e pela violência. Cantar vitória com a aprovação do Fundeb é alimentar a ilusão numa solução dos problemas da educação, que não virá por essa via.

O papel da vanguarda com consciência de classe é falar a verdade aos estudantes e trabalhadores, mostrando que os problemas mais candentes enfrentados no chão de escola não passam de sintomas de uma crise muito maior e profunda; que temos de enfrentar essa raiz combatendo cada uma de suas manifestações concretas; que a luta pela preservação e aumento das verbas deve fazer parte da mobilização mais ampla contra os ataques da burguesia sobre os explorados; que é preciso defender o financiamento integral da Educação pelo Estado; que não podemos abandonar a defesa do caráter público, gratuito, para todos e em todos os níveis da Educação; que esta deve ser vinculada à produção social e sob controle dos estudantes e trabalhadores; é urgente a convocação das assembleias, para colocar em pé a resistência coletiva, com o método da ação direta, em defesa dos empregos, salários, direitos e condições sanitárias! ■

Comvest/Unicamp se recusa a utilizar o ENEM em 2021

Com a definição do calendário do ENEM pelo INEP, a Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp (Comvest) resolveu não utilizar as notas do ENEM para o ingresso na Unicamp em 2021, sob o argumento de incompatibilidade de calendários. Ocorre que as aulas da Unicamp estão previstas para começarem em 15 de março, enquanto as notas do ENEM serão divulgadas a partir de 29 de março. O argumento é tão fraco que a Unicamp pretende realizar a primeira chamada do vestibular tradicional no dia 10 de março, ou seja, quem ingressar nas chamadas posteriores do vestibular, o farão após o início das aulas. Observa-se que, por uma pequena diferença, de forma completamente arbitrária, a organização resolveu abrir mão do ENEM.

Com a medida, as mais de 600 vagas do Edital ENEM-Unicamp, que correspondem a cerca de 20% do total de vagas de ingresso, foram transferidas para o Vestibular tradicional, mantendo os percentuais de reserva de vagas para egressos de escolas públicas e negros. Além disso, reabriu-se o período de solicitação de isenção da taxa de inscrição de R\$ 170,00. O resultado dessas isenções será divulgado em 14 de agosto, mas a primeira lista de isentos já registrou um recorde de 2 décadas, com 9.724 candidatos isentos, o que sinaliza o aumento da miséria entre a juventude oprimida. Tanto em 2019 como em 2020, houve mais de 17 mil candidatos às vagas da Unicamp pelo ENEM. Destes, uma ínfima minoria conseguiu ingressar e uma ampla maioria ficou sem o direito de estudar. Desta ínfima minoria aprovada na Unicamp pelo ENEM, cerca de 30% não foi aprovada por meio do vestibular tradicional, que é mais elitista.

ender que, essencialmente, há duas políticas diante da pandemia. Uma proletária, outra burguesa. A proletária tem como ponto de apoio a democracia operária e a ação direta. A burguesa utiliza-se das negociatas institucionais.

Questionado sobre a decisão da Comvest, o Presidente da UNE, Iago Montalvão (UJS/PCdoB), limitou a responsabilizar o governo federal por não “dialogar” com as universidades. Passou longe de explicar o problema. Em um vídeo divulgado no canal TV Unicamp, em 12 de junho, José Alves de Freitas Neto, Diretor da Comvest, afirmou: “dos três cenários [que foram apresentados na consulta aos inscritos no ENEM], nós já dissemos, inclusive ao próprio INEP, que a prova de maio inviabiliza a seleção de candidatos utilizando exclusivamente a nota do ENEM na Unicamp em 2021 (...) uma das três propostas inviabiliza o uso dessas notas.”.

Nota-se, portanto, que assim como o INEP desconsiderou o resultado da consulta feita aos inscritos no ENEM, a própria Comvest ignorou o que disse antes da definição do calendário do ENEM. O fato é que ambas decisões foram arbitrárias, na medida em que não prevaleceu a decisão dos próprios estudantes.

A resposta proletária para o problema da educação está na luta pelo livre acesso à educação escolar e universitária, pelo fim do vestibular, pela expropriação dos monopólios da educação, pela constituição de um sistema único de educação, gratuita, laica, científica e vinculada à produção social, sob controle de quem estuda e trabalha. Em cada instituição é preciso dissolver a estrutura de poder antidemocrática e construir um governo tripartite, formado pelos estudantes, professores e funcionários. Este processo começa pela organização imediata dos estudantes e trabalhadores da educação em assembleias para decidir os rumos do movimento deste setor. Não cabe aceitar passivamente as imposições da burocracia das universidades e dos governos. Somente assim será possível superar esses desafios e garantir que a maioria oprimida tenha, de fato, o direito universal à educação. ■

Qual é a resposta?

A burguesia tem se valido da pandemia para justificar suas decisões de ataques a maioria oprimida. É preciso compre-

Cotas não garantem acesso universal

A Fuvest anunciou reserva de 50% de suas 8242 vagas para alunos de escola pública. Esse fato é considerado histórico, dada a tradição elitista da USP. Ocorre que o Brasil possui hoje pouco mais de 22 milhões de jovens entre 18 e 24 anos. Mesmo que se reservasse a totalidade dessas vagas, ainda assim seria uma gota no oceano da exclusão.

Essa reserva de vagas na USP corroborará para o fortalecimento da ideologia meritocrática, segundo a qual um jovem pobre conquistar uma vaga, desde que se esforce. Mas, a escola pública está à beira da falência. O EAD mostrou que, para a esmagadora maioria, não há recursos para estudar. Não há internet, livros, caderno e, às vezes, nem mesmo cadeira e mesa para estudar. Ademais, se o abandono escolar por necessidade de emprego já era enorme, neste período de pandemia será a regra.

A juventude proletarizada não deve se iludir com a reserva de cotas. Deve lutar pelo acesso universal em todos os níveis do ensino. A acesso à universidade hoje é um privilégio à ultraminoria, quando deveria ser um direito assegurado a todos. O acesso universal ao ensino superior está em contradição com o ensino privado, ou seja, com os capitalistas da educação. Somente poderá ser conquistado através da luta dos explorados, que passará pela expropriação, sem indenização, de toda a rede privada de ensino. ■



Segue a Luta dos Professores Demitidos de SGA (RN)

No boletim anterior (#48/Julho), expusemos o caso da demissão dos 186 professores temporários de São Gonçalo do Amarante (RN), denunciando que se tratava de uma consequência imediata da implantação do EaD na pandemia, um canal para a privatização, mercantilização e redução dos postos de trabalho na educação. O fato provocou uma série de mobilizações, na tentativa de impor um recuo do prefeito Paulo Emídio, que continua irredutível, recusando-se a negociar.

O desenrolar do movimento aponta o caminho da luta e serve de grande aprendizado. O POR realizou uma campanha nacional com moções de apoio, boletins, faixas, bandeira, falas públicas, cartazes, e fez divulgação nas redes sociais locais. O movimento dos temporários de SGA, graças ao método da ação direta, teve o feito de tornar conhecida sua reivindicação não só a nível local, mas a nível estadual e nacional. Isso porque não se rendeu à pressão pela imobilidade, diretriz das direções sindicais de subordinação à política burguesa do isolamento social.

O movimento demonstrou um enorme potencial e foi capaz de assumir um nível de radicalidade a tal ponto de deixar o prefeito momentaneamente acuado dentro da prefeitura. Falhou em não ter encarnado a tarefa da ocupação concretamente, como havia ameaçado fazer se não houvesse uma proposta. Os professores foram desencorajados a ocupar pela direção do SINTE, núcleo SGA (Muda Sinte/PSTU), e ganhou força a tendência de apostar as fichas na justiça burguesa no último ato, dia 28/07. O POR defendeu que o movimento deveria avançar para responder à intransigência de Emídio, mas perdeu por 3 votos na votação da assembleia, que encaminhou um novo ato para o dia 03/08, no distrito de Santo Antônio, e participação no ato do recém-criado Fórum de Servidores de SGA, no dia 10/08.

Sabemos que a vitória do movimento dos temporários depende da quebra do isolamento, da coesão de todos os demitidos e da unidade com os professores efetivos. Será a força coletiva que fará o prefeito recuar! ■

Dicionário Marxista

QUE ESCOLA DEFENDEMOS?

O marxismo caracteriza a escola que existe no capitalismo como anticientífica (mantém vínculos com a religião e pseudociências), castradora das potencialidades da juventude e descolada da realidade, propondo uma nova escola, que seja pública, laica, científica, vinculada à produção social e sob o controle de quem estuda e trabalha.

Defendemos a educação pública contra os ataques reacionários dos governos e da burguesia, que impõem o EaD, aumentando o fosso entre teoria e prática, e impõem a privatização e mercantilização, transformando a educação em um balcão de negócios que gera lucros. É também nossa tarefa mostrar aos estudantes e trabalhadores que esta educação está completamente a serviço dos interesses capitalistas.

A escola mutila o conhecimento. Aquilo que se aprende, quando se aprende, é apenas uma caricatura da realidade, não passa de memorização para reprodução nas provas e avaliações. A escola capitalista é um simulacro distorcido da realidade, o que se deve à desvinculação entre teoria e prática.

A escola que defendemos deve ser vinculada à produção social, deve unir finalmente a teoria e a prática como forma de superar a mutilação produzida pelo capital. Deve vincular educação e trabalho, com objetivo de conhecer o verdadeiro

funcionamento do mundo, a realidade social e natural. A juventude deve conhecer os processos produtivos e os espaços de produção, as fábricas, empresas, usinas, construção civil, locais de produção de matéria prima etc. A escola deve ser laica e científica para afastar as pseudociências e vínculos com o idealismo religioso. Deve ser pública, pois a rede privada de educação é uma excrescência do capitalismo que deve ser eliminada, pois exclui quem não pode pagar.

Desta forma, a luta da juventude deve partir da defesa da escola atual contra a destruição cada vez maior imposta pelos capitalistas e se elevar para construir esta nova escola, como parte da revolução proletária. O caminho para sua conquista passa pela construção dos grêmios livres e democráticos onde o programa para esta escola seja construído pela maioria dos estudantes. Passa pela retirada das direções conciliadoras, carreiristas e oportunistas das entidades estudantis municipais, estaduais e nacionais e, finalmente, passa pela construção do Partido Operário Revolucionário para que esta luta seja feita em conjunto à maioria oprimida e sob a direção da classe operária, nos sindicatos, nos movimentos sociais etc. A luta por uma nova escola é parte da luta por uma nova sociedade, a sociedade socialista.

***Acesse a nossa página: fb.com/massas.por
Entre em contato pelo WhatsApp: (11) 99990-3179***